

HISTÓRIA DA MORTE E O ENSINO DE HISTÓRIA: SOBRE UM TEMA SENSÍVEL DE ESTUDO EM SALA DE AULA

HISTORIA DE LA MUERTE Y LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: SOBRE UN TEMA DELICADO DE ESTUDIO EN EL AULA

HISTORY OF DEATH AND THE TEACHING OF HISTORY: ON A SENSITIVE TOPIC OF STUDY IN THE CLASSROOM

Felipe Tito Cesar Netoⁱ  

Resumo: A proposta deste artigo é estabelecer diálogo com os estudos sobre a História da morte e o Ensino de História. Para isso, ao longo do texto, foi priorizado articular sobre o referido assunto, tendo como ponto de partida as questões relacionadas as discussões curriculares e seus impactos na escolha e seleção de assuntos abordados em sala de aula. Por fim, levando em conta o enfoque do trabalho, procuramos estabelecer diálogo com a noção de passados sensíveis, sendo esse conceito essencial para abordar um assunto delicado, dentro do espaço escolar. O objetivo desse artigo é suscitar reflexões sobre essa importante temática, nas aulas de História.

Palavras-chave: Ensino de História; História da Morte; Passados sensíveis.

Resumen: El propósito de este artículo es establecer un diálogo con los estudios sobre la Historia de la muerte y la Enseñanza de la Historia. Para ello, a lo largo del texto se dio prioridad a la articulación de este tema, tomando como punto de partida cuestiones relacionadas con las discusiones curriculares y sus impactos en la elección y selección de los temas tratados en el aula. Finalmente, teniendo en cuenta el enfoque del trabajo, buscamos establecer un diálogo con la noción de pasados sensibles, siendo este concepto fundamental para abordar un tema

ⁱ Graduado (2016) e Mestre (2019) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente cursa o Doutorado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

delicado, dentro del espacio escolar. El objetivo de este artículo es fomentar la reflexión sobre este importante tema en las clases de Historia.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Historia de la Muerte; Pasados sensibles.

Abstract: The purpose of this article is to establish a dialogue with studies on the History of death and History Teaching. To this end, throughout the text, priority was given to articulating this subject, taking as a starting point issues related to curricular discussions and their impacts on the choice and selection of subjects covered in the classroom. Finally, taking into account the focus of the work, we seek to establish a dialogue with the notion of sensitive pasts, this concept being essential to address a delicate subject, within the school space. The objective of this article is to encourage reflections on this important topic in History classes.

Keywords: History Teaching; History of Death; Sensitive pasts.

INTRODUÇÃO

A intenção deste artigo é refletir sobre o tema da morte e do morrer no Ensino de História. Para isso, consideramos necessário abordar sobre a discussão acerca do tema currículo escolar, visando articular a referida proposta. Em se tratando de tema que suscita variados sentimentos, buscamos pensar as implicações em torno dessa questão, no que tange os debates sobre os passados sensíveis em sala de aula. Esperamos que este breve texto fomente uma visão diferenciada em sala de aula, pelo professor, ao abordar assuntos que possibilite esse tipo de abordagem.

O artigo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira parte, o nosso interesse é iniciar com a análise sobre o tema da morte com o Ensino de História. Para isso, levamos em conta a relação do referido assunto, com base nas questões curriculares. Logo após, o segundo momento do artigo tem como enfoque os aspectos acerca dos passados sensíveis. Esse conceito será essencial para abordagem desenvolvida, permitindo que seja apontado as possibilidades de refletir sobre as questões relacionadas à morte e ao morrer, durante as aulas de História e as suas implicações para a formação de jovens estudantes.

A MORTE E O CURRÍCULO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Não é incomum a menção sobre a morte nos livros didáticos de História tanto do Ensino Fundamental II quanto do Ensino Médio. Desde o encanto e fascínio pelo processo de mumificação inerente aos ritos funerários encontrados no Egito Antigo até as mais diversas perdas de vidas humanas em guerras, o diálogo em torno da morte é perceptível durante os estudos históricos em diferentes locais e temporalidades, ao longo da formação escolar. Acreditamos ser necessário um olhar mais aprofundado e analítico para esta questão nos livros didáticos.

Seguindo por essa perspectiva, a proposição de colocar em debate a noção de currículo é pertinente em nossa reflexão, ao apontar a proposta de considerar e pensar o tema da morte como protagonista nas aulas de História. A partir disso, é provável que a percepção e o ensino que envolva a morte de alguém e/ou ritos fúnebres de uma determinada sociedade seja tratada de forma mais detalhada e sensível dentro de um âmbito sociocultural; ao invés de uma abordagem burocrática, ausente de sentimentos e demasiadamente pensada enquanto um mero fenômeno biológico.

A começar, a pesquisa em torno dos estudos sobre o currículo escolar, especialmente, o currículo de História, não é uma tarefa fácil. Entre interpretações e divergências, este campo de estudo é constituído por muitas nuances. Portanto, de antemão, não cabe a este texto desbravar todo o percurso percorrido por este longo debate. Deste modo, nosso olhar será recortado na conceituação na noção de currículo e as suas potencialidades com o tema da morte.

As definições que surgem a partir do questionamento “o que é currículo?” são inúmeras. É uma pergunta geradora de muitas dúvidas, afinal, estamos lidando com um questionamento que suscita e mobiliza uma série de possibilidades de respostas a depender de critérios teóricos aos quais as referências em torno dessa temática de estudo encontram-se embasadas. De acordo com Alice Lopes e Elizabeth Macedo:

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplina/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo (Lopes; Macedo, 2011, p. 19).

Tal percepção sobre o currículo direciona o nosso olhar e entendimento para um espaço muito bem localizado e específico, que é a unidade escolar. Neste sentido, o currículo ganha nuances de planejamento e organização que visa à formação e à construção de um processo educativo. Contudo, levando em conta esse olhar que as autoras apresentam, consideramos que tal percepção aparenta ser uma mera formalidade burocrática e técnica dentre as muitas atividades do trabalho docente. Esses documentos, analisados por Lopes e Macedo, transmitem um aspecto limitador, devido à ausência de debate que vise à construção daquilo que estará ou não nos planejamentos, ementas e programas das disciplinas dos professores.

A compreensão técnica do currículo possui uma finalidade. A imposição dessa noção constitui-se como o processo educacional é visto numa esfera mais ampla dentro das políticas educacionais. Consoante Carmem Gabriel “(...) a definição de currículo de história está, pois, diretamente relacionada com esses movimentos teórico-políticos curriculares. Seu entendimento depende do significado hegemonizado de currículo com o qual se opera e as apostas políticas que se pretende sustentar e defender” (Gabriel, 2019, p. 74). A perspectiva das guias curriculares supracitadas segue uma adjetivação que visa a qualificação das teorias curriculares como tradicionais e tecnicistas, afinal, estão preocupados, por exemplo, com uma relação ensino-aprendizagem que considera, acima de tudo, avaliações, metodologias, organização, planejamentos, objetivos e eficiências (Gabriel, 2019, p. 73 e Silva, 2010, p. 17).

A noção tradicional e tecnicista de currículo, que ainda impera nas mentalidades e vigora em algumas instituições, sejam elas públicas ou privadas, no Brasil, não configura uma forma recente de interpretação. Desde a década de 1920, quando o currículo se torna objeto de estudo nos Estados Unidos por Frankin Bobbitt, com a publicação do livro *The curriculum*, em 1918, o autor avança nesta direção para a sua interpretação. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva, o currículo seguindo por este caminho, passa a ser visto de forma racionalizada em busca de resultados educacionais e o modelo institucional de inspiração é a fábrica (Gabriel, 2019, p. 72 e Silva, 2010, p. 12). Nesses moldes, a formação passa a ser direcionada com a finalidade os mundos do trabalho.

Em tempos de avanço neoliberal no campo educacional, conforme aponta Breno Mendes, ocorre uma crescente expansão da lógica de mercado sendo implementado na referida área nas instituições brasileiras. Deste modo, a escola passa a ser observada como uma empresa que se encontra alinhada com os valores de uma sociedade de consumo. Por conta disso, os

valores de um currículo tradicional e tecnicista passam a ser estimulados, como a técnica, a performance e os resultados (Mendes, 2020, p. 122).

Levando em consideração o que foi dito até aqui, é perceptível que a nossa proposta de análise segue caminhos opostos da concepção apresentada até então. O estudo da morte e do morrer, em nossa percepção, não entraria em um universo de possibilidades de estudo, numa perspectiva curricular tradicional e tecnicista, pois os valores e as análises que podem ser suscitadas a partir dessa discussão encontram-se distanciadas dessas propostas, conforme mencionamos acima. Neste sentido, é necessário considerar que a noção e a compreensão das teorias curriculares se encontram em constantes disputas, envolvendo o que deve ou não ser selecionado como conhecimento legítimo e necessário a ser desenvolvido em sala de aula com os estudantes.

Dito de outro modo, cabe afirmar que o campo curricular é composto por disputas que visam a sua organização consoante interesses dominantes. De acordo com Pierre Bourdieu, apesar da escola reconhecer as desigualdades sociais que ocorrem no seu interior, ela utiliza do discurso de igualdade visando mascarar as desigualdades. Destarte, a formação escolar é considerada por ele como responsável pela conservação social (Bourdieu, 2011, passim). Essa perspectiva pode ser reforçada de acordo com Alice Lopes e Elizabeth Macedo que demonstram o papel conservador da escola e do currículo, em que ambos são vistos como uma forma de controle social, atuando na socialização dos sujeitos, na inserção do mundo produtivo e no aprendizado de códigos de como agir socialmente (Lopes e Macedo, 2011, p. 26-27).

Podemos considerar, consoante Michael Apple, que o currículo não é um conjunto de conhecimentos identificados como neutros. De acordo com ele, o currículo “é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (Apple, 2005, p. 59). É um consenso nos estudos acerca do Ensino de História que o currículo é sempre o resultado de constantes seleções e disputas (Lopes e Macedo, 2005, passim; Silva, 2010, p. 15; Gabriel, 2019, p. 78).

O currículo é, por sua vez, uma questão de poder conforme aponta Tomaz Tadeu da Silva. Afinal, “Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder” (Silva, 2010, p. 16). Levando em conta esse debate e disputas em torno das teorias curriculares, a nossa aproximação, considerando os

interesses desse artigo, abarca as interações envolvendo os aspectos críticos e pós-críticos da teoria do currículo. Ainda dialogando com o autor, ele argumenta que essas duas teorias acreditam que não existe conhecimento neutro e que sempre estão entrelaçados em torno das relações de poder. Consoante Tomaz Tadeu:

As teorias críticas e pós-críticas, por sua vez, não se limitam a perguntar “o que?”, mas submetem este “quê” a um constante questionamento. Sua questão central seria, pois, não tanto “o que?”, mas “por que”. Por que esse conhecimento e não o outro? Quais interesses fazem com que esse conhecimento e não outro esteja no currículo? Por que privilegiar um determinado tipo de identidade ou subjetividade e não outro? As teorias críticas e pós-críticas de currículo estão preocupadas com as conexões entre saber, identidade e poder (Silva, 2010, p. 16-17).

Destarte, levando em conta os aspectos teóricos envolvendo a teorização crítica e pós-crítica do currículo, questões como poder, classe social, capitalismo, resistência, currículo oculto, identidade, subjetividade, representação, cultura, gênero, raça, dentre outros temas, encontram-se presentes na construção de conhecimento dessas concepções teóricas. Essas temáticas enfrentam oposição e disputas contra os valores dominantes, que estão alicerçados pela teoria curricular tradicional e tecnicista, estabelecidos pelo *status quo* (Silva, 2010, p. 16-17).

No que se refere aos estudos em torno da História da Morte, em âmbito acadêmico, a consolidação tanto em seu país de origem (França) quanto no nosso não ocorreu de forma imediata. Com o advento da Escola dos Annales, novas possibilidades emergiram como a produção do conhecimento histórico por meio de uma história problema (frente as narrativas predominantemente factuais); a abertura para as novas fontes de estudo para além de documentos escritos e de caráter institucional; e, sobretudo, o diálogo com outras áreas de conhecimento favoreceram o desdobramento de novos debates e pesquisas no campo da História (Burke, 2010, p. 17). Por meio dos impactos que foram sentidos após a Escola dos Annales, tanto em aspecto teórico quanto metodológico, o campo da chamada História das Mentalidades desenvolveu-se, permitindo o historiador debruçar em temas que antes eram desconhecidos enquanto objeto de estudo ou, até mesmo, não causavam interesse de investigação. Por exemplo, cabe destacar, as atitudes diante da morte (Ariès, 2014 e Vovelle, 1973); o medo (Delumeau, 2009); a bruxaria (Mandrou, 1968); o Purgatório (Le Goff, 1993); dentre outras temáticas.

Todavia, requer salientar, que a gênese do campo da História das Mentalidades não se expandiu de imediato e acabou por apoiar-se em outros campos da História, como a História Social, a História Socioeconômica e a História Demográfica. Com o aumento das produções acadêmicas em torno das mentalidades, este novo campo se desenvolveu e alcançou autonomia frente as outras áreas de pesquisas históricas (Ariès, 1990, p. 205-236). Posteriormente, as mentalidades foram assimiladas pela Nova História Cultural (Ariès, 1990, p. 205-236; Vovelle, 1991; Vainfas, 1997, p. 189-241).

O percurso que foi apresentado nos parágrafos anteriores viabilizou os estudos em torno da História da Morte. Entre os principais historiadores franceses que contribuíram para o referido desenvolvimento da área, destacamos Philippe Ariès e Michel Vovelle. Os dois estudaram os períodos da Idade Média e da Idade Moderna, especialmente analisando as questões relacionadas às atitudes diante da morte; os costumes funerários; a escatologia do catolicismo; a prática testamentária; a Boa Morte; os cemitérios; dentre outras questões (Ariès, 2014, 2017 e Vovelle, 1978, 1991, 2010).

A influência desses estudos chegou ao Brasil, a princípio, nos anos de 1970. Em suma, destacamos algumas referências como as publicações de artigos da historiadora Katia Mattoso e a dissertação de sua orientanda, Inês de Oliveira, com ênfase nas pesquisas acerca da prática testamentária dos alforriados, na Bahia do século XIX. Esses trabalhos possibilitaram iniciar um campo de investigação em nosso país, acerca dos eixos temáticos da morte e do morrer de alforriados, por meio de suas últimas vontades. Foi possível conhecer as atitudes diante da morte deles bem como os recursos legados após o momento último e derradeiro (Mattoso, 2004 e Oliveira, 1979).

Todavia, a consolidação da História Social da Morte no Brasil ocorreu com a publicação do clássico *A morte é uma Festa*, de João José Reis. O historiador estudou a Bahia do século XIX, tendo como fio condutor a destruição do primeiro cemitério extramuros do local, pelos fiéis católicos, que estavam protegendo seus antigos costumes relacionados ao morrer, como o sepultamento no interior das igrejas. Esse episódio ficou conhecido como a Revolta da Cemiterada. A partir disso, o autor analisou os costumes funerários, bem como, as transformações das atitudes diante da morte durante esse período (Reis, 1991).

Ademais, os trabalhos da historiadora Claudia Rodrigues, a respeito da cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, no âmbito da História da Morte, são as principais referências para o estudo dessa temática em diálogo com o período Colonial e Imperial de nosso

país. Sobretudo, no tocante à escravidão, aos forros, à religião e à religiosidade, aos ritos fúnebres, à prática testamentária, dentre outras temáticas (Rodrigues, 1997, 2005).

Ao longo dos anos, os estudos no campo da História da Morte, diversificaram. Atualmente, são muitos os temas e pesquisadores que estão atuando nesta área de pesquisa. Apesar disso, no que tange ao Ensino de História, há uma carência de análises relacionadas à morte e ao morrer. É a partir dessa lacuna que pretendemos avançar ao longo deste texto. Até aqui, perpassamos a discussão sobre o currículo e apontamos a necessidade de questioná-lo com novas possibilidades, a exemplo das questões relacionadas a compreensão e os sentimentos em torno da morte e do morrer. Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer diálogo com a noção de passados sensíveis. Afinal, estamos lidando com uma área que suscita e mobiliza emoções e sensibilidades.

A MORTE ENQUANTO TEMA SENSÍVEL DE ESTUDO

Observamos, anteriormente, as questões em torno do currículo considerando as disputas e os questionamentos envolvendo esse campo. Neste momento, ao propor o tema da morte e o diálogo envolvendo essa área enquanto necessário ao Ensino de História, torna-se inevitável direcionar o nosso olhar para a noção de passados sensíveis, não perdendo de vista as tensões envolvendo os estudos sobre o currículo.

Tal perspectiva, atualmente, além de conquistar espaço nos estudos preocupados com o Ensino de História, também aparece com a possibilidade de potencializar abordagens que, outrora, eram vistas apenas na óptica do tabu. Consoante Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, os passados sensíveis ou socialmente vivos são considerados temas privilegiados no que concerne o currículo de História. Deste modo, acreditamos na necessidade de explorar tal seara, conforme propomos ao longo desse texto (Pereira e Seffner, 2018, p. 16).

À guisa de definição conceitual, em diálogo com Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio, consideramos as seguintes percepções no que tange aos passados sensíveis:

O que é uma questão sensível? Mével e Tutiaux-Guillon (2013) dizem que as escolhas didáticas são escolhas políticas e que a liberdade do professor é a de fazer escolhas. Os autores indicam que, desde a década de 1990, o debate nomeia os temas sensíveis como: “questões quentes”, “sensíveis” ou “difíceis”, “vivas” ou “controversas”, “socialmente vivas”... Em outro texto, Tutiaux-Guillon define questão sensível como aquela carregada de emoções, politicamente sensível, intelectualmente complexa e importante para o presente e o futuro em comum (Gil; Eugenio, 2018, p. 142).

Conforme é possível notar, o próprio conceito de passados sensíveis perpassa por diferentes nomenclaturas, aos quais, convergem para uma percepção que trata de temas que causam e/ou despertam sentimentos em outrem. Considerando as emoções que são movimentadas a partir de determinados temas, nota-se, também, o papel do professor de mobilizar e realizar escolhas didáticas que fazem parte do método da profissão.

Sendo assim, o docente encontra-se diretamente envolvido nesse processo seletivo ao tomar as suas decisões quanto às abordagens que serão feitas. Afinal, conforme Verena Alberti, o “professor de história – como todo professor – precisa fazer opções: de conteúdos, de métodos, de atividades. Não existe, como sabemos, ‘toda a história’ pronta para ser ensinada” (Alberti, 2014, p.1).

Portanto, a escolha de mobilizar as aulas de História a partir da percepção de passados sensíveis cabe ao professor, considerando a sua expectativa em despertar nos estudantes o olhar crítico, a reflexão, a empatia, o interesse pelo não dito e a busca por um olhar vivo, repleto de sentidos e emoções no estudo da História. Contudo, requer salientar, conforme aponta Verena Alberti, tais assuntos interpretados como sensíveis não são fáceis de lidar. Especialmente, quando ocorrem divergências entre o que os estudantes aprendem com base no conhecimento científico dentro das escolas e das abordagens que são transmitidas pelos familiares e/ou em outros espaços. Os passados sensíveis estão inseridos em um campo de constantes disputas (Alberti, 2014, p.1). Em razão disso, torna-se necessário

(...) um ambiente seguro, onde alunos e professores se sintam confortáveis para discutir o assunto, bem como o fato de os professores e a escola estarem dispostos a correr riscos. Além disso, é preciso que professores e alunos tenham tempo e vontade para entender um assunto complexo, para sair da facilidade do preto-e-branco e entrar numa zona cinzenta (Alberti, 2014, p.1).

Não é uma escolha fácil trabalhar com essa premissa. Requer um interesse coletivo envolvendo a comunidade escolar e, sobretudo, o interesse tanto dos professores quanto dos estudantes de avançar por essa seara que, em certos livros didáticos, não conseguem dimensionar sentimentos em assuntos que, apesar de relevantes, não causam interesses dos estudantes por não sentirem nenhum tipo de contato naquilo que estão estudando. Destarte, por meio dessa percepção, além de reforçar a relevância dos estudos dos temas sensíveis em sala

de aula, também é válido levar em consideração os objetos de estudos considerados sensíveis no âmbito do Ensino de História.

Assuntos relacionados ao racismo, às questões indígenas, a gênero, ao holocausto e à ditadura civil-militar são temas recorrentes em pesquisas que versam sobre o tema de Ensino de História e questões sensíveis. Certamente, mediante a nossa conjuntura, são essenciais que aconteçam debates e reflexões que considerem as demandas envolvendo as referidas temáticas e análises adjacentes. Todavia, o que despertou a nossa inquietação em relação a este conceito, foi a prevalência das abordagens por meio de um recorte temporal contemporâneo e/ou o chamado tempo presente.

Em nossa percepção, a abordagem envolvendo os passados sensíveis não deve ser refém de uma linha temporal mais próxima da sociedade atual. Afinal, acreditamos que em qualquer período histórico, seja possível nos depararmos com um passado vivo, capaz de suscitar inquietações, sentimentos e emoções, a depender das referências do sujeito histórico interessado em estudar e analisar com base nessa óptica.

Sendo assim, a possibilidade de investigação a partir dessa lacuna torna-se um importante caminho de estudo, não apenas visando ampliar os olhares no que cabe aos interesses de pesquisa; mas, especialmente, considerando o campo de ensino envolvendo os passados sensíveis. Afinal, como é sabido, conforme aponta Carmem Zeli de Vergas Gil e Jonas Camargo Eugenio, existem temas sensíveis tanto para a sociedade quanto para a historiografia, que não fazem parte da realidade dos estudantes, ou seja, existem temas que acabam não sendo significados / compreendidos enquanto sensíveis para eles (Gil; Eugenio, 2018, p. 144).

Um olhar engessado no que tange os temas sensíveis, poderá impedir que o professor identifique e mobilize as emoções e interesses, previstos para esse tipo de abordagem. Ampliando as possibilidades de compreender os temas sensíveis, como, por exemplo, temáticas também distantes temporalmente de nosso momento presente, é possível que novos horizontes sejam descortinados e fomentem novas abordagens em sala de aula. Um tema aparentemente considerado de pouco impacto, ausente de sensibilidades, pode, por sua vez, suscitar questões altamente conflitantes que, ao passar despercebida, impediria a possibilidade de aproveitamento de debates e reflexões, ou até mesmo, pegar o professor de surpresa, ao não saber lidar com as emoções expostas pelos estudantes.

Além disso, trabalhar com os passados sensíveis, consoante Verena Alberti, não tem como objetivo chocar os estudantes ou causar mal-estar. A intenção não é essa! Especialmente,

no que tange o tema da morte, é recorrente a atribuição de assuntos relacionados ao referido assunto, como algo funesto, desconfortável e mau agouro. Não interpretamos dessa forma. Portanto,

[...] o ensino de questões sensíveis e controversas não tem como objetivo chocar ou apenas dar a conhecer eventos chocantes do passado. O objetivo é suscitar a reflexão dos alunos. É preciso saber passar de fase, nesse jogo: da sensibilização para a reflexão. Não adianta ficar chocado, só; com bolo no estômago, só. É preciso transformar o conhecimento em trabalho de reflexão: como foi possível chegarmos a esse ponto? (Alberti, 2014, p. 3).

Ensinar temas sensíveis costuma causar apreensão nos professores devido à expectativa inerente tanto ao planejamento da aula quanto pela recepção dos estudantes em relação ao assunto. Previamente, considerando o didatismo envolvendo a profissão docente, a escolha pela abordagem da aula pode fazer a diferença, conforme podemos, levando em conta a citação acima. No que tange aos temas relacionados à morte e ao morrer, o estranhamento, os olhares receosos e curiosos, a tentativa de evitar tais assuntos, dentre outros comportamentos, são um bom exemplo para ilustrar as possibilidades de reações frente ao assunto. Fazemos o seguinte questionamento: Quando o referido tema passou a ser visto com tanta ressalva, ao ponto de inseri-lo no âmbito do hall das questões sensíveis?

O historiador francês Philippe Ariès, a partir dos seus estudos sobre as atitudes diante da morte e dos costumes funerários, por meio da longa duração, analisou as transformações em torno das relações das pessoas envolvendo a morte e o morrer. De acordo com o autor, na Europa medieval e moderna, havia uma proximidade com tais assuntos que visava não apenas uma lembrança constante da morte, mas também um preparo para o derradeiro momento, com a intenção de uma Boa Morte. Ele conceituou essa noção de morte domada (ou familiar). Todavia, por volta do século XVIII e XIX, novas percepções se fizeram presentes com o processo de secularização da sociedade, que aos poucos afastou a proximidade como os seres humanos lidavam com o tema da morte no espaço social, tornando-a selvagem, conforme conceitua o historiador (Ariès, 2014, p. 5-37 e 2017, p. 29-99). Sendo assim, “A atitude antiga que vê a morte ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada, opõe-se demais à nossa, onde nos causa tanto medo que nem ousamos dizer-lhe o nome” (Ariès, 2014, p. 37).

É importante salientar, conforme aponta Norbert Elias, que a abordagem de Phillippe Ariès em que a sociedade medieval aguardava a morte com tranquilidade não se sustenta. Afinal, por ter sido um período instável, com violência, epidemias, além da inexistência de

recursos que poderiam aliviar a dor, seria difícil considerar que nesse período, fosse possível lidar com a proximidade da morte com tranquilidade. O que pode ser indicado, na perspectiva do sociólogo, era que o tema da morte era tratado com mais frequência e socialmente aceita, comparando com a sociedade atual (Elias, 2001, p. 19-24). Tal observação aponta para um período em que dialogar e refletir sobre a morte e o morrer, não era um tema considerado tabu, evidenciando as mudanças no âmbito mental e social no que versa a abordagem acerca das referidas questões.

Nos dias de hoje, a relação de proximidade com o tema da morte é vista com certa cautela. Evita-se falar a respeito de assunto tão “fúnebre” e “desconfortável”. Essa forma de lidar com a morte e o morrer de modo repulsivo, segundo Phillipe Ariès, inicia-se entre 1930 e 1950, quando ocorre uma mudança envolvendo o deslocamento do lugar da morte. Consoante o historiador, “Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este tornou-se o local onde se presta os cuidados que já não se podem prestar em casa. (...) Vamos ao hospital não mais para sermos curados, mais precisamente para morrer” (Ariès, 2017, p. 83-84). Esse tipo de comportamento, com a chamada morte interdita, pelo autor, indica o distanciamento que a sociedade contemporânea tem lidado com esse tema sensível. Até mesmo os sentimentos com o ente falecido sofrem mudanças, quando se espera que não seja feito grandes mudanças e alardes, após o derradeiro momento:

Uma morte aceitável é uma morte que possa ser aceita ou tolerada pelos sobreviventes. (...) Só tem o direito à comoção em particular, ou seja, às escondidas. (...) Antes de tudo, é importante que a sociedade, a vizinhança, os amigos, os colegas e as crianças se apercebam o mínimo possível de que a morte ocorreu (Ariès, 2017, p. 85).

Levando em conta o que foi dito, até aqui, não é de estranhar a ausência de uma reflexão sobre essas questões em âmbito escolar. Por isso, a nossa abordagem torna-se relevante em propor uma discussão envolvendo tais questões sensíveis, especialmente, quando a sociedade não quer falar. Precisamos direcionar o nosso olhar com a intenção de suscitar interesses, inquietações e reflexões nas abordagens que versam sobre a morte e o morrer, em sala de aula.

Uma possibilidade de inserir esse debate no espaço escolar é a partir da inserção dos estudantes, visando a aprendizagem de História, em espaço não formal. Tal percepção é uma contribuição de Maria Cristina Pastore, que por meio de suas inquietações, estabelece diálogo com a temática da morte e o espaço cemiterial com o Ensino de História. Segundo ela, essa

abordagem possibilita o professor promover diferentes metodologias, que não só são instigantes para o docente, mas também aos estudantes. A intenção da autora, em seu estudo, é considerar a possibilidade de promover a construção do conhecimento em espaço alternativo, como o cemitério, no âmbito do Ensino de História (Pastore, 2016, p. 13-27).

Seguindo nessa perspectiva, a autora acredita que a referida abordagem é pertinente na formação de indivíduos críticos, especialmente, frente a uma sociedade que se encontra alheia aos temas envolvendo tanto a vida quanto a morte. Em vista disso,

Se formar cidadão é uma das funções da História, pensar a cidadania social é refletir sobre a condição humana, inclusão nos processos de reconhecimento e pertencimento. O ensino de História deve atentar e buscar cultivar esse pertencimento na ocasião que reconhece e valoriza a história no qual os alunos vivenciam na experiência da aula visita nos lugares não formais de aprendizagem (Pastore, 2015, p. 1).

Conforme podemos observar, a abordagem envolvendo o tema da morte e o Ensino de História, além de necessária e inovadora, também pode ser potencialmente atrativa aos estudantes. O assunto, apesar de causar espanto e morbidez, também possibilita estimular a curiosidade e o interesse por uma abordagem diferenciada e, necessariamente sensível, que versa uma aula guiada dentro de um cemitério, por exemplo.

Maria Cristina Pastore sinaliza a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, envolvendo a geografia, a sociologia e a filosofia, por exemplo, ao considerar esses espaços não formais no Ensino de História (Pastore, 2015, p. 4). A estratégia adotada pela historiadora fomenta novos olhares ao espaço cemiterial, ao invés da visão do senso comum que considera o lugar apenas pela óptica da tristeza e do luto, visto que podemos desenvolver novas nuances desse local, que é um museu à céu aberto:

Os cemitérios possuem muitas histórias para serem contadas aos jovens e as gerações por vindouras, desde que preservados, o que parece não vem ocorrendo. Muita depredação, roubos e descaso das autoridades estão prejudicando um acervo a céu aberto, além da intempérie que estão sujeitas as esculturas e mausoléus em seu interior. Estudar os cemitérios é rever a transformação das cidades, pois o homem sempre se preocupou com os cuidados com os mortos, produzindo verdadeiras obras de arte para ornamentar, decorar ou representar sentimento de perda, resignação ou consolação, registrada pelas obras funerárias e na literatura (Pastore, 2015, p. 4).

Uma vasta possibilidade surge quando o debate sobre a morte e o morrer é inserido durante as aulas de História. À guisa de exemplo, o espaço cemiterial também deve ser considerado como um local de aprendizagem. Consoante Kate Rigo, a abordagem em torno

dessa temática não deve apenas circular no espaço acadêmico, mas ele também deve ser inserido no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, não apenas na referida área de conhecimento, quanto nas demais ciências humanas que compõem o componente curricular escolar, numa perspectiva interdisciplinar (Rigo, 2012, p. 117).

O grande desafio é lidar com esse importante debate em sala de aula. Para além dos muros da escola, o cemitério se apresenta como campo frutífero de possibilidades. E dentro do espaço escolar, como podemos utilizar o currículo de História para inserir essas demandas durante o processo formativo dos jovens estudantes? O livro didático torna-se uma dessas ferramentas e, quiçá, aliado nessa difícil demanda. Nesta seara, Giane Carla Kopper Müller analisou as formas como os temas da vida e da morte são abordados nas escolas, a partir dos livros didáticos:

Por se tratar de um assunto instigante e que abarca os mais diversos setores de nossas vidas, incluindo-se a educação, é que precisamos dar suporte e encontrar formas de desmistificá-la, tornando-a mais humana e menos constrangedora como, geralmente, o fazemos com a vida. Então, como a escola a prepara seus alunos para lidar com as questões da vida e da morte? (Müller, 2005, p. 166).

A autora busca responder essa pergunta analisando os livros didáticos. Afinal, o material encontra-se presente nas escolas e, em muitas ocasiões, guiam o trabalho do docente em sala de aula. Por conta disso, torna-se um importante objeto de estudo no que tange a análise dos conhecimentos escolares. Giane Müller também analisou os documentos oficiais de educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular de Santa Catarina (MÜLLER, 2005, p. 168). Os critérios de seleção adotados por ela são de livros didáticos adotados para a pesquisa foram das seguintes áreas: Ciências (1ª a 4ª séries), Ciências (5ª, 6ª, 7ª e 8ª), Ensino Religioso (5ª, 6ª, 7ª e 8ª), Biologia (Ensino Médio), Química (Ensino Médio) e Física (Ensino Médio) (Müller, 2005, p. 170). A partir dessas fontes, ela obteve a seguinte análise:

No que tange à morte, pudemos observar que a grande maioria dos vinte e quatro LDs analisados aborda o tema, mesmo que em menor escala de valores do que para a vida. Discutem suas causas, os motivos e as consequências, mas não os fenômenos, propriamente dito, ou seja, a mudança que ocorreu no corpo, a passagem do estado física, ou ainda o fim da vida, pelo menos a terrena, que é o centro, o principal a ser abordado e discutido para que ocorra a aceitação natural dos eventos. Assim como para a vida, a morte também não recebe maiores explicações e detalhamentos, não se discute sobre ela como fenômeno, apenas se diz que ela ocorre por “determinados” fatores (Müller, 2005, p.176).

A escolha metodológica de Giane Müller é, contudo, emblemática. Afinal, conforme podemos notar, não há referência a nenhum livro de História. Segundo ela, os critérios adotados para a seleção de fontes foi por “possuírem uma maior probabilidade de mencionarem os temas de vida e de morte” (Müller, 2005, p. 170). Ficamos inquietos com a justificativa da escolha, pois, de certa forma, ela não considera a possibilidade de encontrar indícios de temas relacionados a morte nos livros didáticos de História. Ao longo do artigo, a autora estabelece diálogo com um historiador – o francês Phillipe Ariès – todavia, não considera o Ensino de História. Qual o motivo desse critério? Consideramos, que pode ocorrer uma naturalização das abordagens sobre a morte envolvendo o processo histórico ao longo dos livros didáticos, o que levou a autora Giane Müller desconsiderar a possibilidade de abordar sobre essa temática. Em síntese, especialmente por desconsiderar o Ensino de História, a pesquisadora não percebe os aspectos sociais e culturais no que tange às questões relacionadas a morte e o morrer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo, esperamos não somente ter suscitado reflexões sobre a temática proposta, como também, apresentado uma lacuna que existe na historiografia, no que tange abordagens sobre o Ensino de História em diálogo com os estudos sobre a morte e o morrer. Em especial, destacamos, a possibilidade de trabalhar com essa temática, levando em conta o livro didático de História, como uma importante fonte de estudo, que proporcione pesquisar sobre as questões que foram dialogadas ao longo desse texto.

Percebemos a necessidade dos estudos voltados sobre o tema da morte e do morrer em sala de aula. Para além de conhecimento sobre o assunto, a abordagem em si, permite considerar reflexões importantes acerca da própria finitude e pode proporcionar uma série de percepções a partir disso, como a efemeridade da vida e os aspectos sociais e culturais que estão atrelados a esse assunto, evidenciando as subjetividades, as complexidades e as distinções sociais, em diferentes épocas e locais.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: Palestra proferida no **IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**,

realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

APPLE, Michael W. “A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARIÈS, Phillipe. “A História das Mentalidades” In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. pp. 205-236.

ARIÈS, Phillipe. **O homem diante da morte**. São Paulo: EditoraUnesp, 2014.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente**: da Idade Média aos nossos tempos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**: A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**, seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e Eugenio, Jonas Camargo. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, 2018, p. 139-159.

LE GOFF, Jacques. **O nascimento do Purgatório**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. “Currículo”. In: **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp. 19-42.

MANDROU, Robert. **Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1968.

GABRIEL, Carmem. “Currículo de História”. In: FERREIRA, Marieta d Moraes e OLIVEIRA, Margarida Dias de (Orgs.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 72-78.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “Teorias do currículo: o que é isto?”. In: **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. “Para uma História Social seriada da cidade de Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de

mentalidades”. In: **Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos baianos no século XIX: Itinerários de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, pp. 167-202.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. “Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades”. In: **Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos baianos no século XIX: Itinerários de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004, pp. 225-260.

MENDES, Breno. Ensino de História, historiografia e currículo de História. **Revista Transversos**. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº 18, 2020, pp. 108-128.

MÜLLER, Giane Carla Kopper. Alcances e fragilidades: os temas de vida e morte nos livros didáticos. In: **Educação** Santa Maria, v. 30 - n. 01, p. 165-180, 2005.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. **O liberto: o seu mundo e os outros** (Salvador, 1790-1890). Salvador: UFBA, 1979. Dissertação de Mestrado.

PASTORE, Maria Cristina. A morte como tema interdisciplinar de aprendizagem histórica em espaço não formal. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios**. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis, SC, pp. 1 - 12.

PASTORE, Maria Cristina. **Procedimento invertido: o ensino de História a partir das inquietações de jovens estudantes sobre a morte na aula-visita ao cemitério**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RG, 2016.

PEREIRA, Nilton Mullet e SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, 2018, pp. 14-33.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIGO, Kate. Cemitérios: Um espaço religioso e educativo. In: **Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST**. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012, p.106-120.

RODRIGUES, Claudia. **Lugares dos mortos nas idades dos vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Revisão e Editoração, 1997.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: Cardoso, Ciro Flamarion, e Ronaldo Vainfas. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp. 189-241.

VOVELLE, Michel. **Piétébaroque et déchristianisation en Provence aux XVIII^e et XIX^e siècles: Les attitudes devant la mort d'après les clauses de testaments**. Paris: Seuil, 1973.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório ou o trabalho de luto**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.